

ÍNDIA, ÁFRICA, ANOS CINQUENTA: RELENDO RUY MILLER PAIVA

Luiz A. de Castro Santos¹

RESUMO

Este trabalho aborda os Escritos de Viagem de Ruy Miller Paiva. Estamos na década de 1950, pouco se sabe, entre nós, sobre a África e o subcontinente indiano, e quase nada sobre a agricultura, as relações de trabalho e as instituições governamentais nessas regiões. Das viagens do Economista, enviado pelo governo de São Paulo, resultaram textos absolutamente pioneiros no Brasil, em que as impressões de viagem juntam-se a análises técnicas e a interpretações sobre a sociedade e a economia. No presente artigo, procura-se justamente dar ao leitor uma primeira noção sobre esses formidáveis Escritos de Viagem, até hoje uma fonte importante para quem quiser entender as razões do atraso econômico e das iniquidades sociais e étnicas da África e da Índia.

Palavras-chave: Índia, Paquistão, Bangladesh, África, Quênia, Moçambique, agricultura, sociedade, economia, tribalismo.

INDIA AND AFRICA IN THE FIFTIES: RUY MILLER PAIVA'S TRAVEL ACCOUNTS

SUMMARY

This article focusses on the travel reports of Ruy Miller Paiva, during the 1950s. In those years, little was known about India and Africa in Brazil, from the point of view of their rural economy and populations, their government institutions, their problems of nation-building and colonial subordination. Ruy Miller Paiva was commissioned by the authorities of the state of São Paulo, in 1950, to make a trip to several coffee-producing regions of Africa, and, a few years later, to participate in an International Rural Economy Congress in India. Paiva's accounts of these journeys are at the same time a technical piece of work and a pleasant, often witty, narrative about the places that he visited. The present article tries to portray the main aspects and topics discussed in Paiva's travel accounts.

Key-words: Índia, Pakistan, Bangladesh, Africa, Kenya, Mozambique, rural economy, tribal societies, colonialism.

1 - INTRODUÇÃO

Este é o texto de um *outsider*. Se não sou economista, nem, tampouco, especialista em questões agrárias, por que escreveria sobre Ruy Miller Paiva? Um acidente feliz, de natureza familiar, aproximou-me da pessoa de Ruy Miller Paiva desde muito cedo e outro acidente - a escolha da sociologia como *métier* profissional - transformou-me em leitor de seus trabalhos econômicos nos anos sessenta, quando se julgava que um aluno de sociologia devia dominar alguns conhecimentos básicos no campo da economia.

Este artigo focaliza seus Escritos de Viagem,

termo que emprego para designar os relatos sobre a agricultura de várias regiões africanas visitadas por Ruy Miller Paiva em 1950, integrando uma comissão técnica enviada pelo Governo do Estado de São Paulo (PAIVA, 1952) e, alguns anos mais tarde, o texto produzido por ocasião de uma viagem ao subcontinente indiano, para participar de um Congresso Internacional de Economistas Rurais, em Mysore (PAIVA, 1960).

Os escritos de viagem de Ruy são trabalhos de economia, porque o economista está sempre presente neles. O texto sobre a Índia é o mais diretamente "econômico", nesse sentido. Mas o livro sobre a África também revela o interesse pela política cafeeira (pelas *commodities* em geral), pelos níveis de produção, pela organização do trabalho, técnica agrícola e acumulação do capital. Tudo dito de modo claro, quase didático, com a simplicidade que caracteriza os que realmente

¹Sociólogo, Professor Adjunto da UERJ e Pesquisador (licenciado) do CEBRAP.

conhecem seu ofício. Nos dois trabalhos, a sintonia com os problemas mundiais é outro denominador comum. Trata-se de um economista que não tem nada de provinciano, que retira da preocupação com os problemas locais e regionais (São Paulo, café, etc.) o ingrediente para debruçar-se sobre o panorama internacional. Aliás, vê-se por meio desses relatos de viagem que já naqueles tempos a "globalização" mostrava seus efeitos. Ainda que com diversas roupagens ao longo das décadas, a globalização é processo abrangente e secular, a que Ruy Miller Paiva se mostrava tão sensível quanto um economista belga ou inglês. Por motivos obviamente diferentes de um economista do governo britânico, o mercado internacional de produtos agrícolas, como o café e o cacau, interessava de perto aos técnicos paulistas da Secretaria da Agricultura e Ruy Miller Paiva estava na linha de frente deles todos.

Fruto de uma estada mais curta do que na África (apenas um mês), o texto sobre a Índia é mais curto (79 páginas, contra 232 páginas no texto "africano"). Mas, nem por isso é menos interessante. Talvez se possa dizer que são textos com propósitos semelhantes mas resultados distintos: *Agricultura na África* é menos técnico e mais espontâneo que *Índia*. Na primeira obra, Ruy permite soltar-se, revela-se em várias passagens como um escritor de prosa saborosa e fluente; na segunda, estamos diante do economista de linguagem técnica, precisa e bem calibrada. Por aí já se vê que são dois trabalhos de igual valor mas de concepção distinta, sobre os quais as preferências e inclinações pessoais de cada leitor deverão incidir.

2 - A VIAGEM PELA ÁFRICA

Os relatos sobre a África, publicados separadamente na então *Folha da Manhã*, foram reunidos num volume de capa atraente, o título em letras negras destacando-se sobre um fundo verde e, recortado sobre este fundo, uma reprodução da foto de uma negra que logo se via não ser brasileira, tal a quantidade de brincos fixados na parte superior da orelha. Quando vi este volume pela primeira vez na biblioteca de meu pai, aí por volta de 1955, fiquei fascinado pela capa e pelas fotos que acompanham o texto. Para mim as fotos deixavam entrever um mundo desconhecido: não revelavam, antes pareciam querer ocultar algo. Os cafeeiros que conhecia quando criança, no norte do

Paraná ou na região paulista de Xavantes, não se assemelhavam aos que estavam nas fotos; os colonos brancos das fazendas daqui contrastavam com os negros de lá; o agrônomo português em Moçambique vestia uma indumentária estranha de explorador inglês (meias três-quartos, calças curtas, chapéu do Clark Gable em *Mogambo*). Outras fotos, como a do Rio Zambeze, em Moçambique, as negras de turbante no Senegal vendendo montinhos de cola para mascar, um Ashanti em costume tribal, colhendo cacau com facão, alimentavam minha curiosidade. Creio hoje que experimentei, naquela ocasião, o choque cultural que o leitor brasileiro mais maduro também devia sentir diante daquelas fotos. Os negros das ilustrações do livro eram, talvez, o elemento marcante que nossa cultura procurava dissimular, à brasileira. Revendo hoje dois álbuns de fotografias sobre o Brasil, lançados pela Editora Melhoramentos naquela época (com introduções de Lourenço Filho e Prestes Maia), noto a absoluta ausência de negros. A farsa chega ao cúmulo de apresentar uma "baiana" branca, posando com trajes típicos das negras na Bahia!

Assim, na época do lançamento, em 1952, o livro possuía um valor simbólico que em muito ultrapassava o objetivo primordialmente técnico da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. A leitura de *Agricultura na África*, hoje, acrescenta outras razões à importância da primeira e única edição (por sinal, esgotadíssima).

Em primeiro lugar, porque nos revela um observador arguto da vida das populações das antigas Colônias. Isso significa um espírito atento aos modos de produção e às relações entre os antigos administradores e a população colonizada. O fato de que Ruy por vezes faz comentários etnocêntricos sobre os africanos - como ao chamar de "pobre" a linguagem falada pelos Banda do atual Congo (PAIVA, 1952, p.185-186) - torna seu texto até mais saboroso e provocativo. Se os antropólogos de primeira linhagem foram por vezes grosseiramente etnocêntricos, como poderá escapar do preconceito um economista escrevendo há quase meio século?

Em segundo lugar, as anotações de viagem encerram material interessantíssimo para avaliar as mudanças que ocorreram na África, a partir dos movimentos de independência iniciados com a libertação de Gana (ex-Costa do Ouro), em 1957, culminando com a do Zimbábue (ex-Rodésia), em 1980. Ao focali-

zar países como Angola, Moçambique, Gana, Quênia, Zaire, Congo e outros, o livro antecipa alguns dos problemas que a África independente haveria de enfrentar até nossos dias. Suas observações sobre os sistemas de colonização interessam a todo leitor atento à evolução histórica mais geral em toda a África.

As razões da viagem são esclarecidas sem meias palavras por Ruy. Buscava-se saber se as condições e os rumos da produção colonial africana poderiam representar, na década que se abria, alguma ameaça para a economia agroexportadora paulista. As então colônias poderiam ampliar a produção de café robusta e arábica, particularmente do segundo tipo, a níveis que pudessem afetar o mercado internacional e prejudicar a economia de São Paulo? Quais eram os objetivos e condições de eficácia dos Planos econômicos adotados pelas metrópoles no pós-guerra para suas colônias? Para responder a tais questões, a pequena missão técnica enviada pelo governo paulista percorreu cerca de 45 mil km por avião, estradas de ferro e rodagem, no interior do continente africano. Em todos os lugares que visitaram, tiveram o apoio das autoridades coloniais e a companhia de agrônomos, economistas ou técnicos da região. Ruy tirou grande proveito intelectual de cada lugar que visitava, atento a tudo e particularmente ao objetivo "tático" da viagem - o progresso das colônias se faria às custas de nosso progresso? Interessante é que em nenhum momento estes objetivos por assim dizer utilitários impediram o excelente relacionamento com as autoridades locais - que os expunham a verdadeiras maratonas de resistência, montando uma agenda apertada para os membros da missão brasileira. Tudo indica que, por debaixo dos interesses conflitantes das economias de cada país, perdurava uma curiosa sintonia, que por vezes se traduzia em cumplicidade entre os técnicos. *Esprit de corps*?

Por outro lado, o fato de ser a equipe paulista formada por poucos técnicos facilitou, certamente, a interação e a cooperação. Parece-me que este ponto interferiu favoravelmente no texto "africano". Na viagem à Índia, Ruy Miller Paiva integrava uma grande comitiva de economistas rurais de todo o mundo, ciceroneados por outro grande número de indianos. A meu ver, os diferentes "campos de pesquisa" - as condições concretas em que se dava a interação do observador com os interlocutores e as populações locais - explicam em parte as diferentes concepções do texto

"africano" e "indiano": a chamada "sedução do Oriente", o mistério, a "inescrutabilidade", apontados na literatura de viagem sobre a Índia, estão ausentes do texto "indiano" de Ruy Miller Paiva. Sua sensibilidade é canalizada pelo dever de ofício diante de seus pares, que formavam uma numerosa comitiva de economistas rurais. Já nos escritos sobre a África, o contato mais direto com a população e as regiões visitadas favoreceu uma atitude mais descontraída. Nosso economista, nesse contexto, deixou-se seduzir pelo continente negro. Os próprios cenários sociais da relação colonizador/colonizado, nas várias regiões africanas, representaram parte do mistério para um brasileiro, acostumado a outros padrões de dominação/subordinação em seu país. Este é um dos pontos altos do livro: o talento com que Ruy Miller Paiva aborda indistintamente temas técnicos - por exemplo, a qualidade dos solos para produção do café arábica ou o plano de desenvolvimento rural adotado pela Metrópole - e aspectos da cultura dos nativos, descrições sobre as savanas e florestas, relevo e fauna africanas e, de maneira geral, os modos de vida das populações nativas e estrangeiras.

Vejamos alguns dos trechos extremamente interessantes de *A Agricultura na África*. Apenas por gosto pessoal - outros recortes poderiam mostrar-se mais proveitosos - focalizarei, em primeiro lugar, as passagens em que Ruy discute o Plano Colonial inglês e a experiência de colonização no Quênia. Em segundo lugar, apresentarei sua apreciação sobre as políticas portuguesas nas colônias, focalizando, em particular, Moçambique.

2.1 - Plano Colonial Inglês e a Colonização do Quênia

A primeira frase do capítulo de abertura do livro ("O Plano Inglês") já indica a facilidade com que Ruy Miller Paiva consegue colocar o leitor *en suspens*, como antecipação de uma aventura que começa na Europa antes de se desenrolar no continente africano: "Não foi sem grande preocupação que descemos em Londres" (PAIVA, 1960, p.11).

Ruy sentia-se ansioso em relação ao tipo de ajuda que obteria junto às autoridades inglesas. Os técnicos poderiam negar informações estatísticas e econômicas sobre as Colônias, ou mesmo, prestar um apoio apenas formal na organização das viagens. Como

assinalei acima, tudo correu bem. Se assim não fosse, os propósitos da missão técnica teriam malogrado. O auxílio do Colonial Office era, de fato, imprescindível. Aliás, era imprescindível o apoio das autoridades em todos os países, pois todos os Planos metropolitanos de crescimento econômico para as colônias dependiam diretamente dos recursos governamentais (com exceção do Plano Belga, que se assentava nos recursos gerados pela extração mineral na própria colônia do Congo, atual Zaire). No caso inglês, não havia empresas fortes na colônia e as empresas privadas da metrópole, enfraquecidas pela guerra, não teriam meios de executar o Plano. Cabia ao governo fincar as raízes e dar o impulso inicial, de tal modo que as colônias, contando cada uma com um plano específico de desenvolvimento decenal, pudessem progredir (PAIVA, 1960, p.12-13).

Previam-se quase duzentos milhões de libras esterlinas para investimento nas colônias, sendo as vias de comunicação e portos o principal item das despesas aprovadas. Seguiam-se, em ordem de grandeza, os gastos em educação primária e serviços médicos. Ao governo britânico interessava fortalecer empresas que explorassem os recursos econômicos das colônias, podendo para isso obter financiamento oficial. Sob o lobby do Colonial Office, uma lei foi promulgada, em 1948, que autorizava o governo a criar e administrar companhias que explorassem comercialmente os recursos naturais das regiões colonizadas. Formaram-se duas corporações, a *Colonial Development Corporation* e a *Overseas Food Corporation*. Daí surgiram esquemas de comercialização que se consolidaram em pouco tempo, voltados, por exemplo, para o amendoim no Quênia e na antiga Tanganica. Ainda que de menor impacto, os interesses privados da metrópole gozaram também da proteção oficial na África: Ruy cita duas empresas que investiram em projetos específicos, até hoje conhecidas pelo leitor brasileiro: *Unilever e Barclays Bank* (p.14).

Duas observações chamam a atenção para as expectativas da metrópole em relação aos benefícios que poderiam extrair da produção colonial. O primeiro aspecto diz respeito às expectativas de aumento na produção de algodão e de óleos vegetais: "*Nos restaurantes da classe popular e às vezes mesmo em bons restaurantes, não se encontra sabão para lavar as mãos, não se encontram também guardanapos (...), o que explica, em parte, o aumento acima previsto para a produção de algodão*". O segundo aspecto refere-se

à propaganda que os soldados norte-americanos fizeram do café durante a guerra: "*exigiam muita rubiácea e sempre produto de boa qualidade, ensinando o inglês a beber um bom café*" (p.16-17).

Os comerciantes londrinos criticavam o Colonial Office. Com a criação dos *boards* de exportação e comercialização, formados pelos produtores da colônia, os comerciantes ingleses foram aliados do mercado. Ruy posiciona-se favoravelmente aos *boards* criados pelo Partido Trabalhista, aceitando a argumentação governamental: "*Após tanto esforço para desenvolver a capacidade de produção dos nativos, não seria correto deixá-los à procura dos mercados de preços*". Na verdade, como se indica logo a seguir, esta solução visava garantir a acumulação de capital pelas colônias e a estabilidade na oferta de produtos: assim é que, nos períodos em que as cotações se elevavam, o *board* (de café, amendoim, etc.) não aumentava na mesma proporção os preços pagos aos produtores: "*Aproveita a oportunidade para aumentar as suas reservas a fim de poder dar aos produtores melhores cotações quando, no futuro, os preços vierem a cair*" (p.20-21). Na alta dos preços, como os africanos ainda não haviam adquirido a mentalidade capitalista da "poupança", tendendo a consumir imediatamente todo o aumento da receita, o efeito do *board* era exatamente o de evitar grandes oscilações de receita, sempre que possível.

Mas, passemos ao Quênia, que recebia atenção especial do *Colonial Office*: grande parte de seu território era destinado à colonização por europeus. Esta era uma política antiga, anterior mesmo à Primeira Guerra. Curiosamente, duas escritoras européias (uma delas, das maiores do século XX) tiveram suas vidas ligadas à produção de café no Quênia. Uma era sobrinha de Aldous Huxley, foi levada por seus pais ainda pequena, para abrirem uma pequena fazenda em antiga terra dos Kikuyu. Seu livro sobre a África, *The Thorn-Trees of Thika*, transformou-se em uma série famosa do "Masterpiece Theater", da BBC, na década de 1970. A outra foi a baronesa Karen Blixen (Isak Dinisen), cujo livro autobiográfico *Out of Africa* (DINISEN, 1972), traduzido no Brasil (*Uma Fazenda Africana*), Hollywood reduziu a uma aventura melodramática. "*I had a farm in Africa, at the foot of the Ngong Hills*": assim Isak Dinisen inicia seu relato sobre uma aventura que teve começo em 1914. Há em seu livro uma passagem surpreendente. Os nativos têm um forte sentido de ritmo, escreveu Dinisen. Certa vez,

brincou com algumas crianças Kikuyu, fazendo versos em Swahili. As crianças se fixaram nas rimas, riram muito e dias depois, pediram-lhe: "*Speak again. Speak like rain*". (DINISEN, 1972, p.177). Dinisen relata, assim, um momento de sensibilidade dos nativos, que contrasta com o relato de Ruy Miller Paiva sobre a linguagem dos Banda, cuja comunicação à distância por tambores levou-o a vê-los como primitivos. Na verdade, como sucede quase sempre, as impressões tão díspares dos dois autores refletem diferenças de orientação intelectual. Isak Dinisen, escritora e *conteuse* de mil histórias, teve uma percepção aguda da vivacidade dos nativos, mas levou sua fazenda de café à completa insolvência, em 1931. Ruy Miller Paiva, agrônomo e economista, talvez não tenha captado por inteiro a sutileza da alma africana, mas por certo saberia gerir com sucesso uma fazenda de café.

O roteiro de viagem da missão paulista iniciou-se em Nairobi, que na época contava com cerca de 100 mil habitantes, quase 40% dos quais hindus, comerciantes em toda a colônia (hoje a população da capital mais que quintuplicou, e hindus e paquistaneses continuam numerosos). Entre Nairobi a Thika, cidade próxima, fica a melhor zona produtora, onde Ruy notou a semelhança com as terras roxas do oeste paulista. "*Só faltam as típicas colônias [naquele tempo...], pintadas de branco, das fazendas de São Paulo, as quais são lá substituídas pelas palhoças bem redondas dos africanos*" (p.88-89). Prosseguiram viagem ao norte, para os lados do Monte Quênia, onde a região de terras mais secas estava abandonando o café pelo sisal. Aqui, temos uma bela descrição: "*É um belo espetáculo ver os campos nessa ocasião, amarelos cor-de-ouro a se perderem de vista, servindo de pasto aos animais selvagens e aos pequenos rebanhos de gado vacum dos indígenas. (...) Girafas são muito abundantes nesta região. Aliás, vêem-se também com frequência bandos de antílopes e avestruzes. As zebras são mais raras, mas logramos ver uma pequena manada a curta distância*" (p.89-90).

A oeste, subindo a região da Cordilheira de Aberdare, para depois descer abruptamente o famoso Rift Valley (Vale da Fenda), a missão chegou de novo a território agrícola dos europeus. Ruy descreve a região com suas grandes e "bem montadas" propriedades de milho e trigo e criação de gado de raça européia. Nota a utilização - raríssima, nessa parte da África - de carros de tração animal. "*Mesmo um animal de sela*

é raramente encontrado, porque a mosca tsé-tsé e a falta de pasto tornam a sua manutenção difícil e de resultados problemáticos" (p.90). Como se sabe, a *tsé-tsé* atua como vetor de tripanossomos humanos e animais, causando, entre outras, a chamada doença do sono. Mas Ruy está se referindo à regra, sendo a região do Rift Valley uma das exceções. Nakuru, "capital agrícola do Quênia", localiza-se no fundo do Vale, mesmo assim a 2.000m de altitude, pois trata-se de uma depressão das *highlands* quenianas. Viajando mais para oeste, do outro lado do Vale, a missão foi conduzida a Kisumu, à beira do lago Vitória. Ali, as terras são boas e reservadas aos africanos.

Mas, de modo geral, as terras férteis localizam-se nas áreas mais elevadas. Ali, notava Ruy, era terra de europeu, com mão-de-obra nativa abundante. Entretanto, a racionalização da produção agrícola - em outras palavras, a penetração do capitalismo no campo - esbarraria cedo ou tarde na dificuldade dos africanos de assumirem um regime de trabalho estranho a seus padrões tradicionais de cultivo. Outro obstáculo residia na pobreza dos recursos naturais: dois terços do território são constituídos por terrenos áridos e inaproveitáveis. A água é problema gravíssimo. No ano anterior, toda a região fora assolada por tal seca que "*hipopótamos e rinocerontes [sucumbiam] aos bandos, pela falta de água*" (p.96). Mesmo nas áreas de boa agricultura, as precipitações são insuficientes. Daí já se vê que a missão não traria más notícias para a Secretaria da Agricultura de São Paulo: Quênia não constituía exceção; mesmo essa colônia modelo não representava ameaças do ponto de vista da oferta de produtos agrícolas no mercado internacional.

A má conservação dos solos, fruto da exploração econômica da agricultura pelos ingleses, é problema antigo. Equivocadamente, os europeus confiavam na inesgotabilidade dos solos tropicais. Quando a missão visitou a colônia, a atenção à fertilidade dos solos era prática recente. Os próprios nativos já começavam a interessar-se - na verdade, sua experiência era mesmo anterior à dos ingleses no tocante à cobertura dos solos para proteção dos raios de sol excessivos. Já sabiam, por experiência, que pouco poderiam colher de seus bananais se não os protegessem da forte insolação (p.96).

Como salientei acima, a discussão sobre os *boards*, na parte relativa ao Plano Britânico, aplica-se agora, de modo especial, ao caso do Quênia. Ruy

refere-se à resistência da "classe dominante" dos ingleses de ficarem na dependência comercial dos hindus. Daí terem aderido à formação de cooperativas e *boards*, que orientam e executam a produção e estabelecem preços. Os fazendeiros levavam o café para beneficiamento em cooperativas como a Kenya Planters Cooperative Union, que enviava o produto para o Coffee Board, em Nairobi. Ali era classificado e oferecido em leilão aos compradores. Organizações semelhantes, como o Sisal Board, lidavam com a comercialização dos demais produtos agrícolas. O trigo, plantado exclusivamente por europeus, recebia incentivos especiais, até mesmo uma renda mínima assegurada por um dispositivo legal denominado "*Guaranty Minimum Return Ordinance*".

A política do milho é minuciosamente explicada. Ao contrário do trigo, quase toda produção provinha das pequenas culturas dos africanos. Vale reproduzir um trecho esclarecedor: "*O preço do milho, [quando] muito elevado, permite aos nativos viverem com a renda obtida em suas próprias terras, não precisando, por conseguinte, trabalhar como assalariado nas propriedades do europeu. Os nativos reagem mal ao nosso sistema capitalista de trabalho. Desde que disponham de uma pequena renda, suficiente para as suas magras necessidades, eles deixam de trabalhar ainda que os salários aumentem*" (p.103).

Os ingleses instituíram então um engenhoso (eu diria artiloso) sistema de preços, um para os europeus e outro para os africanos. A diferença a mais, paga aos europeus - 5 *shillings* por 50kg - depositavam num fundo especial de ajuda aos africanos, o Native Agricultural Betterment Fund. Artiloso, talvez, mas não se poderia dizer que fosse um mero instrumento de exploração, pois o Local Native Council, uma instância de poder dos nativos, determinava como os recursos do Fundo deveriam ser gastos (p.103). Como a missão lá esteve dois anos antes do início da violenta militância dos Mau Mau contra os brancos, Ruy não poderia ter indicado que os simpatizantes dos *white settlers*, fossem eles das tribos Kikuyu, Meru ou Embu, também sofreram perseguições por parte daquela sociedade secreta. Naturalmente, os membros do Local Native Council eram escolhidos entre os simpatizantes da administração queniana. Tampouco poderia ter previsto a difusão do movimento rebelde. Na verdade, Ruy - como, de resto, a imprensa da época - não tinha elementos para prever que do germe insurrecional e

sectário brotaria um forte movimento nacionalista: "*Organizado em torno de certas seitas religiosas africanas, (...) esse movimento está longe de apresentar qualquer aspecto nacionalista, a cultura do indígena ainda não lhe permitindo o desenvolvimento de um ideal político coletivo*" (p.113). Não há dúvida de que, vistos por outro ângulo, os planos voltados para os cereais permitiam que certos valores de mercado se implantassem gradualmente entre os nativos, e que idéias de conteúdo político também encontrassem maior mobilidade através da própria expansão do mercado do milho e outros produtos.

No entanto, em 1950 o mercado ainda era muito acanhado. Ruy explica como o governo organizou o mercado do milho, fiscalizando-o e evitando que o nativo entregasse o produto diretamente ao consumidor. Os comerciantes hindus, licenciados pelo governo, adquiriam o produto e o repassavam ao atacadista. Este recebia do governo local o que lhe era devido e a diferença entre o preço pago ao europeu e o africano era depositada no Fundo de apoio aos nativos. Adotava-se um esquema intrincado - que parecia funcionar a contento - para evitar que os africanos e os comerciantes desviassem a mercadoria para vendê-la ao mercado consumidor a preço mais elevado. Ao mesmo tempo, havia excessos de produção que deviam ser administrados pela administração colonial. Para isso criou-se o East African Cereal Pool, que por sua vez subordinava-se a um órgão intergovernamental, formado pelas administrações de Quênia, Uganda e Tanganica (que, em 1964, uniria-se a Zanzibar para formar a República da Tanzânia).

Ao discutir as dificuldades dos nativos de se adaptarem aos modos de vida de uma sociedade de mercado, Ruy faz observações relevantes sobre as culturas tribais: "*Gostam de possuir rebanhos de gado vacum e caprino, não tanto pela renda que lhes podem trazer, pois raramente vendem o produto e, quando abatem alguma cabeça, é por motivo de festa e não para melhorar a dieta da família; é que a posse de um rebanho lhes dá uma posição especial dentro da tribo e lhes permite adquirir esposas, ou que seus filhos as adquiram. E isso é para ele motivo suficiente para manter um rebanho que muitas vezes os pastos das regiões não suportam. Surge daí um sério problema, que é o esgotamento das terras, problema esse que se agrava dia a dia com o crescimento rápido da população indígena. Julgam os estudiosos das questões*

africanas que esse crescimento da população africana, aliado ao esgotamento dos solos, constitui o maior problema deste continente, pois não se sabe como se poderá alimentar essa população no futuro" (p.108).

A questão da terra e da produção de alimentos repõe a conhecida crítica aos colonizadores: as melhores terras teriam sido reservadas aos europeus que se fixaram no Quênia, sendo as terras ruins, demarcadas para os nativos. Ruy Miller Paiva apresenta um precioso resumo da posição oficial a respeito: os relatórios governamentais reconhecem que houve reclamações por parte dos Kikuyu de que mesmo as terras desocupadas, concedidas aos europeus, estavam em descanso para uso no futuro. Constituíam território Kikuyu. Os Masai, um povo nômade que fora removido para as estepes ao sul, lamentavam a perda de terras que usavam para o pastoreio de seu gado. Na verdade, afirma Ruy, as terras reservadas aos Kikuyu, próximas ao Monte Quênia e ao lago Vitória, "*que visitamos demoradamente*", eram muito boas. Ocorre, no entanto, que a ligação com a terra era algo mais profundo, independentemente da fertilidade maior ou menor dos solos ou de sua localização. Para Isak Dinisen, que manteve os nativos em terras de sua propriedade, os europeus não tomavam apenas a terra, quando a tomaram dos Kikuyu e dos Masai: "*It is their past as well, their roots and their identity*" (DINISEN, 1972, p.175). Acresce que não podiam, legitimamente, adquirir terras. Daí decorria um fator agravante de um quadro já adverso.

Diante desse quadro adverso, o governo colonial adotou medidas e políticas de tipo compensatório, descritas em *A Agricultura na África*: fundamentalmente, tratava-se de estímulos à produção agrícola, acompanhados de prêmios ou benefícios para os agricultores mais receptivos. Tudo isso, financiado por aquele Fundo, já mencionado, de apoio aos africanos. Entre as várias medidas e planos, destacava-se a construção de açudes para a população e banheiros carrapaticidas para o gado dos nativos, vacinas e fornecimento de reprodutores. Parte das verbas do Native Agriculture Betterment Fund era também utilizada para premiar os indígenas que adubavam as terras com o esterco de seu próprio gado. Quanto à educação básica (alfabetização, naturalmente, na língua do colonizador), a maior parte das escolas estava sob o controle de instituições religiosas. Este é um ponto que remete à questão da "persuasão". Dentro das balizas do

projeto colonial, a margem de manobra política que permitia a existência de um órgão como o Local Native Council permitia, também, algumas instâncias de consulta e aconselhamento junto aos chefes Kikuyu, Masai, etc. (p.109-110). Ruy lembra que os líderes nativos eram pagos pelo Governo e que, por isso, poderiam ser manobrados. No entanto, ele colheu evidências em contrário: "*Muitas vezes o agrônomo regional e os comissários distritais se queixavam de não poder tomar certas medidas em favor da agricultura, porque os nativos não as queriam. É o caso, por exemplo, da obrigatoriedade da matança de uma certa porcentagem do gado nativo, que por ser em grande número prejudica as terras da região. (...) Os chefes, "headmen" e demais líderes não podem ir contra a vontade dos seus indígenas*" (p.109).

Os colonos europeus, por sua vez, criticavam a administração central por procurar estimular o progresso econômico dos africanos e permitir a existência, entre eles, de instâncias de "governo próprio". Essa política conduziria a grandes perdas, particularmente os incentivos à instrução. Uma vez alfabetizados, procurariam o caminho das cidades e abandonariam a atividade agrícola. Daí a se tornarem inimigos dos europeus e fomentarem a rebeldia nas áreas rurais seria um passo. "*Os agricultores europeus que se colocam contra a política pró-indígena do Colonial Office são agricultores que se lembram com saudade do tempo em que o africano era mais atrasado e obediente*"... (p.114).

Ruy Miller Paiva procura, a custo, manter a posição de neutralidade que julga mais acertada, dentro do espírito da missão técnica que integrava. Por vezes parece ter mais simpatia pelo agricultor europeu. É porque situava o problema do ponto de vista das necessidades da produção agrícola: os europeus, naquele momento, pareciam-lhe os mais capacitados para a tarefa. Mas admite os conflitos e as dificuldades dos africanos diante da imposição de normas culturais "civilizadas": "*Os indígenas que adquirem um pouco de instrução*", afirma, "*reconhecem que seu esforço de civilização não lhes dá outra vantagem que um pequeno aumento de salário. Socialmente falando, sua situação em nada melhorou (...)*" (p.114).

Vejam as conclusões de Ruy Miller Paiva sobre as possibilidades de aumento da produção de café, questão esta que constituía, como vimos, o foco principal da missão técnica paulista. No ano da viagem,

os lucros da colheita haviam sido bons; mesmo assim, Ruy antevia grandes dificuldades para a expansão da área plantada. Como a área mais apropriada para o cultivo, próxima a Nairobi, já estava tomada pelos cafezais, não restavam boas alternativas. "*Qualquer novo aumento de área seria à custa das terras dos nativos, (...) o que implicaria em muitas dificuldades de ordem material e política*" (p.120). Fora desta região, as terras eram mais secas, e o sisal (plantado também na vizinha Tanganica) mais indicado. Com o apoio técnico do governo do Quênia, foi possível aos nativos, que cultivavam um produto inferior, produzirem café de melhor qualidade, bem classificado pelo Coffee Board de Nairobi. Mas, a possibilidade dos nativos ampliarem suas lavouras era considerada remota por Ruy Miller, pois as terras mal chegavam para as necessidades alimentares.

2.2 - O Plano Português

A discussão do "Plano Português" começa, na verdade, com uma **troça**, como diriam nossos avós. Não havia, de fato, plano português...

Portugal não dispunha de um plano bem concatenado para suas colônias. Nem por isso, adianta Ruy, as colônias apresentavam fraco desempenho: Moçambique lograva bom desempenho com o algodão, Angola com o café. A administração caminhava um pouco ao Deus dará. Ao contrário dos ingleses, não havia entre os portugueses a expectativa de fazer do africano um homem "civilizado", com consciência de direitos civis, participação política, etc. Ruy captou muito bem a explicação dada pelos portugueses: para eles, bastava empregar afeto e simpatia para que os agricultores progredissem. Parece-me que se referiam, sem tirar nem pôr, ao lema da **cordialidade**, no sentido complexo do termo proposto por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (BUARQUE DE HOLANDA, 1936).

Cordialidades à parte, oferece-se ao leitor uma explicação de fundo econômico e político: desde o princípio do século, a Inglaterra exigia de Portugal a construção de estrada de ferro ligando o Porto de Beira, em Moçambique, ao território da antiga Rodésia (Zimbábue independente), além de obrigá-lo a proceder ao aparelhamento do porto. Como não dispusesse dos necessários recursos, Portugal concedeu ao governo britânico e a dois grandes consórcios de capitais

particulares (Companhia de Niassa e Companhia de Moçambique), o direito à exploração de grande parte do território moçambicano. Só a partir da década de 1930 Portugal comprou o ativo dessas companhias, até adquirir, por último, o controle da estrada de ferro e das instalações do Porto. Até então, essas condições eram bastante desfavoráveis para a elaboração de planos ordenados (quinquenais, decenais etc.) de modernização da Colônia.

Os ingleses não estimulavam a ida de seus nacionais para os territórios africanos, com a exceção do Quênia. Já a imigração de portugueses, que chegavam para ficar, era a regra tanto em Angola como Moçambique. Quando a missão paulista chegou à região, era momento de grande entrada de "colonos" lusitanos, que queriam fixar-se na agricultura. O que era digno de nota, no entanto, era a falta de braços nativos (p.45-46).

A falta de um Plano não impediu que, a partir de 1940, algumas medidas governamentais tomassem corpo. Entre essas, a criação da Junta de Exportação do Café Colonial, entidade responsável por fazer cumprir o regulamento que reservava para a metrópole 25% do café exportado. Cuidava ainda de promover o fomento de práticas agrícolas racionais e a instalação de estações experimentais. A Junta de Exportação do Algodão Colonial tinha funções semelhantes. Ruy faz uma importante crítica à política colonial portuguesa: "*Tanto os produtores de café como os de algodão são obrigados a enviar para a Metrópole, a preços inferiores aos do mercado mundial, uma parte do que exportam para o estrangeiro. Como os recursos financeiros das Juntas provêm de impostos de exportação e como, ainda, a compra das estradas de ferro e do porto de Beira deverá ser paga pela colônia à Metrópole, uma vez que esta lhe adiantou os recursos, pode concluir-se que Portugal, dentre os países colonizadores, é o que menos protege suas colônias*" (p.48).

A viagem a Moçambique, no entanto, foi o ponto alto da missão. A ausência de um plano estratégico de crescimento para a colônia não chegou a impedir seu progresso, em razão de certas condições favoráveis que serão apresentadas mais adiante. Soma-se à boa impressão deixada pelos primeiros sinais de progresso a acolhida fraterna que os portugueses dispensaram à pequena comitiva paulista, na velha tradição da "amizade luso-brasileira". "*Sáímos contentes e entusiasmados com o que vimos desse lado da África*" (p.150).

A partir do Porto de Beira, no Oceano Índico, a comitiva rumou de automóvel para o interior, em direção aos limites com a antiga Rodésia. Em Manica, visitaram às áreas algodoeiras. No caminho, pernoveram na reserva de caça de Gorongosa, ao norte de Beira. A narrativa, em trechos como esse, reflete o fascínio de um viajante. Aqui o economista rural cede lugar ao observador extasiado, e é o leitor que tem a ganhar: "*Numa vargem de uns dois ou três km de largura por algumas dezenas de comprimento, topamos com uma manada incontável de antílopes e veados das mais variadas espécies (...). Junto à manada encontram-se muitas zebras e alguns búfalos, que são, na África, o animal mais temido pelos caçadores, porque ataca ao menor sinal de perigo e tem a cabeça protegida pela base dos chifres, que se alargam sobre a testa, tornando-a imune às balas de espingarda*" (p.150-151).

A viagem estendeu-se mais tarde para outra área algodoeira, em terrenos altos, cultivados pelos nativos. Num mercado de algodão, a comitiva assistiu ao início da época de compras pelas firmas concessionárias e rumou a seguir para as margens do Zambeze. Os técnicos atravessaram o rio em uma barca da Companhia Açucareira, cujas plantações localizavam-se na margem esquerda, "em terras planas, profundas e ricas". Na região rica e próspera, os primeiros contrastes: trabalhadores africanos vivendo em choupanas sobre estacas à beira do Zambeze, como proteção contra as enchentes; rios cruzados por balsas conduzidas à força bruta pelos negros, como animais. "*(...) de chapéus de palha e dorso nu cantavam triste, batendo forte com o pé no chão o compasso da música. Não pudemos entender a letra; havia algumas palavras da língua indígena, mas compreendia-se que às vezes diziam: 'aqui vão uns portugueses finos de Lisboa'... Também não pudemos entender o motivo pelo qual a administração não instalou uma balsa com sistema de carretilha, que aproveite a própria correnteza do rio, como força de propulsão*" (p.152).

De volta a terras mais altas, a comitiva conheceu as plantações de chá e, rumo a Quelimane, desceu na direção dos extensos coqueirais que acompanhavam a costa. As empresas proprietárias também criavam gado, para aproveitar as pastagens junto aos coqueiros "da Bahia". De Quelimane o grupo voou para a capital, Lourenço Marques (hoje Maputo).

Mencionei mais acima que, a despeito de entraves como a política de preços desfavoráveis para

a colônia, a falta de um Plano de crescimento econômico etc., Ruy Miller Paiva destacou o progresso que observava a cada passo da viagem por Moçambique. Havia condições bastante favoráveis para isso, independentemente da política colonial. Em primeiro lugar, a colônia era porta de saída para os mercados exportadores do sul da África: produtos de Niassalândia (Malawi), Rodésia do Sul (Zimbábue) e do Norte (Zâmbia), bem como de regiões da África do Sul, eram transportados pelos Portos de Lourenço Marques e Beira. (Aqui, novamente, a nota dissonante: a atual Maputo era uma estação de férias para os ingleses e sul-africanos, para os quais se construíram hotéis, cabarés e *pubs* onde se proibia a entrada de negros). Um segundo fator favorável eram os recursos naturais: boas terras e clima ameno, próprios para a exploração do algodão, do chá, do coco (para extração da copra), da cana-de-açúcar. A produção animal só não crescia em razão da doença do sono. A mosca tsé-tsé, endêmica em todo o continente ao sul do Saara - Ruy referiu-se também à presença do inseto no Quênia -, constituía sério problema para a criação de gado em Moçambique.

Há uma interessante discussão sobre as relações entre portugueses e africanos. Eram estes obrigados a trabalhar durante seis ou oito meses por ano, quer em suas próprias terras ou, como assalariados, nas dos portugueses. Isso constituía "*o que o português candidamente chama de dever cívico do trabalho*". Para regular e fiscalizar o cumprimento de tal "dever cívico", não faltava mesmo uma caderneta de trabalho, uma espécie de passe livre, sem o qual o nativo devia cumprir certas obrigações de trabalho. Chamava a atenção de nosso autor o fato de as relações raciais e sociais não serem tão distantes e hostis como em outras partes da África: "*Encontram-se famílias portuguesas residindo em lugares ermos e cujos chefes não têm receio de sair e deixar as mulheres e crianças sozinhas, o que absolutamente não acontece em outras regiões da África*" (p.157-158). Indagados, os portugueses saíam-se com as mesmas explicações dos senhores de casa-grande no Brasil: a ajuda em caso de necessidade, a "humanidade dos brancos, apesar da rispidez"... Isso explicaria a menor rebeldia entre os africanos de Moçambique, em comparação com tribos de colônias inglesas. Falava-se também das possibilidades de assimilação e ascensão social do negro, que seriam maiores nas colônias portuguesas. Essas afirmações eram feitas sem nenhum compromisso com a

realidade factual, sem nenhuma preocupação de trazer exemplos contrastantes de outras colônias. Eram meras impressões, a que Ruy Miller reagia com ceticismo e hipóteses alternativas, sem dúvida mais balizadas: em suma, sugeria que o português era o tipo social mais próximo da figura do grande chefe nativo. Não apenas a ele se assemelhava no uso alternado da ajuda e da sanção, do estímulo e da punição, mas, sobretudo, mostrava-se destemido diante dos africanos. "*É grande o contraste entre o comportamento do inglês, que constrói em torno de si um núcleo de conforto e que faz questão de manter todos os hábitos, costumes e atitudes de uma pessoa altamente civilizada e o do português, que se mostra ousado, aventureiro em seu trabalho de colonização, e que faz questão de mostrar que em matéria de coragem e de energia ninguém lhe leva a palma*" (p.159).

Daí, comparativamente, o respeito dos africanos aos colonos e à administração portuguesa. As considerações de Ruy Miller Paiva, a propósito, lembram a conhecida e interessante sugestão de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, sobre a ética da aventura entre os portugueses (BUARQUE DE HOLANDA, 1936).

O modo como "trabalho" e "aventura" eram mesclados pelos portugueses - doses fortes de trabalho e disciplina para os nativos, boas doses de aventura para os colonos - refletia-se na própria organização das Juntas. Aos africanos impunha-se vender o algodão às chamadas firmas concessionárias, em cada zona produtora. Aos agricultores portugueses, ao contrário, facultava-se a escolha dos mercados compradores. Estes podiam, ainda, cultivar em qualquer lugar, mesmo fora das zonas predeterminadas pela Junta. Para os africanos, e para eles somente, as empresas concessionárias emitiam as tais cadernetas de agricultores, desde que cultivassem pelo menos um hectare em suas reservas. Caso contrário, teriam de prestar serviço assalariado para outrém.

Ruy enaltece os esquemas de delimitação das terras para cultivo do algodão, elaborados pela Junta a partir de um estudo minucioso do tipo de solos, declives, flora predominante, atividades agrícolas tradicionais dos nativos etc.: "*A nosso ver, esse levantamento é um dos trabalhos mais interessantes que temos visto na África*" (p.164). No entanto, que só os africanos tivessem que se ater às zonas demarcadas para cultivo era um ponto negativo. Além disso, quanto às empresas

concessionárias, Ruy critica a margem excessiva de ganho em relação aos preços do produtor nativo, que arcavam sozinhos com os riscos do cultivo e não recebiam qualquer empréstimo ou garantia de preço.

O sistema de colonização que se firmou na Colônia, por motivos já esclarecidos, foi baseado nas atividades e capitais de grandes empresas. A exploração de coco, sisal, chá e cana-de-açúcar realizava-se em *plantations*, que arregimentavam mão-de-obra barata entre os africanos e usavam boa técnica e muito maquinário. Esse regime de plantações operava contra os interesses imediatos dos nativos, como explica Ruy, pois mantinha baixos os salários. "*Se se tratasse de uma região de pequenos agricultores, com dificuldade de capital, eles, em vez de adquirirem máquinas, tentariam aumentar a produção, elevando o número de seus empregados e isso resultaria numa elevação de salários, mais ou menos como acontece em São Paulo*" (p.165).

Mantidos como assalariados malpagos, limitavam-se às condições de surgimento de um mercado consumidor entre os agricultores nativos, capaz de incentivar o progresso econômico da colônia. Assim, a médio prazo, Ruy Miller Paiva julgava que o sistema de grandes plantações poderia comprometer as perspectivas de sucesso da colonização portuguesa em Moçambique.

Outro ponto crucial, para a avaliação das expectativas futuras da colônia, era a questão do trabalho obrigatório para os africanos. Como já se adiantou, todo nativo era obrigado a prestar trabalho assalariado para as grandes companhias pelo menos seis meses ao ano, caso não tivessem culturas próprias de pelo menos um hectare. Essa medida obrigava o nativo a se separar de sua família durante longos períodos. Este tipo de coação talvez se desse em função da escassez de mão-de-obra, causada - ou agravada - pela emigração sazonal de moçambicanos, atraídos pelo trabalho nas minas da antiga Rodésia do Sul e África do Sul. Em 1946, contavam-se cerca de 250 mil moçambicanos naquelas regiões, envolvidos com as atividades de mineração. Para Ruy Miller Paiva, medidas que procurassem elevar os salários e reduzir a emigração de moçambicanos seriam o único instrumento capaz de sustentar o progresso da agricultura de Moçambique. Nota-se, em suas análises sobre Moçambique, a despreocupação em relação a possíveis impactos do crescimento agrícola da colônia sobre o mercado de

produtos agrícolas do Brasil ou de São Paulo, em particular. Aparentemente, só a cana-de-açúcar poderia trazer alguma preocupação. O mesmo não se poderia dizer de Angola, que a missão visitou demoradamente e cuja produção cafeeira era bastante próspera. No entanto, seus cafezais eram de qualidade inferior, do tipo "robusta". Além disso, as fazendas ressentiam-se do problema crônico na África: a falta de braços. Ainda que crítico do aspecto da coerção da caderneta de trabalho - também utilizada em Angola - Ruy admitia que, "não fosse o contrato de trabalho imposto aos africanos", a própria lavoura de café estaria inviabilizada (p.183).

Um aspecto cuja importância foi notada por Ruy Miller Paiva, em relação a toda a África não muçulmana, foi a forte presença do trabalho das mulheres na agricultura, particularmente na produção de alimentos para a família (p.215). No caso de Moçambique, o trabalho feminino alcança expressão de destaque até mesmo na produção de culturas comerciais. É difícil estabelecer as causas do fenômeno: a emigração masculina seria causa ou consequência dele? Mas o importante, aqui, é registrar sua ocorrência. Durante os anos da Segunda Guerra, os direitos de plantio e comercialização do algodão foram reservados pela administração aos colonos. Como o esquema falhasse, apelou-se para os africanos. Mas foram as africanas que deram conta do trabalho, quatro dias por semana no campo, cultivando o algodão e cuidando de sua comercialização com as firmas concessionárias².

De modo geral, as conclusões de *A Agricultura na África* são pouco animadoras a respeito das possibilidades das colônias se tornarem regiões prósperas, economicamente fortes e socialmente "civilizadas" - para usar um termo caro a Ruy. "O continente africano não é, como se supõe, uma região inexplorada, rica, coberta de matas virgens e terras férteis, à espera de gente e de capital para progredir. Ao contrário, a África é um continente já gasto, muito explorado, que sustenta uma grande população, há milhares de anos" (p.224).

Ruy Miller Paiva indica as poucas exceções à regra: os solos férteis das plantações de cacau em Costa do Ouro (Gana) e Nigéria, ou as terras situadas em altitudes que condizem com um clima favorável, tais como as *highlands* do Quênia. Mas estas regiões,

lembra o Autor, já se encontravam superpovoadas em 1950! Para arrematar, há as doenças endêmicas que castigam o homem e suas criações de gado. Há ainda as regiões de terras desfavoráveis para a agricultura, mas que podem conquistar algum progresso especializando-se na produção de determinado artigo: nesse sentido, havia boas perspectivas para Tanganica (Tanzânia), na produção do sisal. Mas, lembra Ruy, esses casos constituiriam ilhas de prosperidade encravadas em regiões de muita pobreza (p.228).

Ao discutir o uso da terra pelos africanos, Ruy deu destaque à questão que, segundo seu ponto de vista, deveria ser o problema mais grave de todo o continente: a pressão populacional sobre os recursos escassos, agravada pelo uso generalizado de rebanhos de posse familiar em terras já esgotadas. De fato, a literatura mais recente confirma o diagnóstico de Ruy Miller Paiva. Ademais, esse diagnóstico, como procurei salientar nesta breve resenha, em nenhum momento resumiu-se a apontar a questão demográfica como a raiz isolada, única, do problema africano. De modo geral, as análises desse trabalho de 1950 mostram grande sensibilidade e pertinência ainda em nossos dias. Em trabalho dos anos oitenta, o africanista Michael F. Lofchie cunhou a expressão *agrarian malaise* para designar o estado atual da agricultura, da economia e da vida social no interior da África. Além de apontar as questões já destacadas por Ruy Miller Paiva, Lofchie mostra como as "novas elites" urbanas e os governos das nações africanas retiram da agricultura uma espécie de mais-valia que aprofunda a crise agrária (LOFCHIE, 1985, p.181). Corrupção e consumo conspícuo constituem, ainda hoje, um dreño sobre os recursos gerados pela exportação dos produtos primários. Tais fatores somam-se aos apontados por Ruy Miller Paiva, para compor o quadro trágico da economia e da sociedade nas novas nações africanas.

3 - VISITA À ÍNDIA

Em seu pequeno trabalho sobre a Índia, o economista Ruy Miller Paiva sufoca um pouco o atento observador dos costumes e valores que transparece em *A Agricultura na África*. Nem por isso, entretanto, estamos diante apenas de gráficos e afirmações técnicas. Ruy sabe colocar questões maiores, tais como o futuro da *nação* indiana, que atraíram e continuam a

²Veja-se, a respeito, o trabalho de YOUNG, 1977.

atrair a preocupação de cientistas sociais em todo o mundo.

Como se sabe, autores consagrados pela literatura internacional, como Barrington Moore Jr. e Reinhard Bendix, dedicaram estudos importantes sobre a Índia (BENDIX, 1964; MOORE JR., 1967), poucos anos depois que Ruy Miller Paiva lá esteve e preparou seu texto para o Ministério da Agricultura.

O tema da construção nacional - sob enunciados diferentes, como "colonialismo", "nacionalismo e comunalismo" etc. - desafia os próprios indianos, desde Gandhi. As relações com o colonizador deixaram marcas profundas na Índia de hoje, como assinala o sociólogo hindu Ashis Nandy em *The Intimate Enemy* (1983). O famoso clássico de Reinhard Bendix, *Nation-Building and Citizenship*, dedica um capítulo ao caso da Índia e, particularmente, aos planos quinquenais. Todos os pontos levantados em seu trabalho são retomados por Barrington Moore Jr., ainda que os planos econômicos mereçam menor atenção do que ocorre nos textos de Bendix e Miller Paiva.

Barrington Moore atribuía boa parte dos problemas do país recém-independente à transição pacífica para uma nação livre. A transição não-violenta, por sua vez, resultaria do contexto por assim dizer desmobilizador da sociedade de aldeias e de castas. Entretanto, não obstante o peso de tais fatores, o Autor atribuía o atraso da Índia ao efeito preponderante de uma economia perversa: os métodos compulsórios de extração de excedente econômico do campo e o fracasso do governo em direcionar o excedente para o desenvolvimento industrial teriam produzido um efeito ainda mais adverso do que supunha a explicação sociocultural, que teimava em tudo atribuir ao fator "castas" (MOORE JR., 1967, p.355). A modernização do campo, bastante limitada, não beneficiou os agricultores indistintamente, mas direcionou a renda gerada por muitos para alguns poucos. Barrington Moore Jr. chamava a atenção para a complexidade desse processo de geração e distribuição da renda agrícola, que variava de região para região. Para entender tal processo, julgava necessário compreender as relações multisseculares entre o poder senhorial e os agricultores em cada região (p.361): os *zamindars* de Bengala, pequenos e grandes aristocratas que coletavam tributos para a autoridade central muito antes da penetração dos ingleses; o sistema de tributação de agricultores da região sul, conhecido como *ryotwari*, que operava sem

intermediários; o sistema *mahalvari*, em que a unidade fiscal era a própria vila, cujos habitantes pagavam coletivamente. O esquema era facilitado pela existência de terras comunais, como na região do Punjab (no atual Paquistão), cultivada por Jats, uma casta de camponeses conhecidos como ótimos agricultores.

Toda essa diversidade, diga-se desde já, é bem contemplada por Ruy Miller Paiva. A própria explicação do sistema de impostos da terra no Punjab, incompleta em Barrington Moore Jr., está muito bem detalhada no trabalho de Ruy. O mesmo se diga da atenção dada à noção de *Swadeshi*, uma espécie de ideologia de revitalização do passado das aldeias (antes do domínio inglês), propagada por Gandhi. Ruy esteve atento, como Barrington Moore Jr., à gravidade das lutas religiosas e à fragmentação da sociedade indiana. Ainda que acentuem a necessidade da industrialização, tanto Moore Jr. como Paiva vêem na mudança das práticas agrícolas e na mudança social no campo, de modo geral, um fator crucial para a modernização do país. Daí dedicarem especial atenção à concepção e atividades do programa de desenvolvimento das comunidades, iniciado em 1952, já no período de Nehru. Aqui, os autores voltam-se para a análise dos *panchayats*, conselhos de aldeões que procuravam revitalizar as aldeias; para a extensão rural; para a indústria artesanal.

Ruy foi menos cético do que Moore Jr. quanto aos resultados dessas medidas, é bem verdade porque tinha menos distanciamento no tempo para avaliar os resultados (limitados) do Programa. Em seu trabalho de 1967, Moore Jr. foi taxativo: o programa agrário de Nehru foi um completo fracasso (p.395). Mesmo o propalado salto de produção agrícola no Estado de Madras, atribuído pelos economistas à política de irrigação sob Nehru, recebe explicação distinta. Para Moore Jr., o que ocorreu é que Madras foi mais permeável do que outras áreas à penetração do capitalismo no campo: "*Em Madras o agiota profissional era raro. Ao contrário, o dinheiro era emprestado ao agricultor por agricultores. Ademais, a linha existente entre o agricultor e as classes comerciais urbanas não era rígida. Estas mantinham suas propriedades no campo e ainda as aumentavam adquirindo terras irrigadas de arroz. (...) Uma minoria proprietária coloca-se diante de uma maioria proletária de trabalhadores*" (MOORE JR., 1967, p.399-400). E conclui: "*A irrigação não teria resultados favoráveis se*

um bom mercado para os produtos não tivesse surgido também" (p.405). Mas a explicação de Moore Jr. tem alguns problemas, e o leitor acaba por ver que a análise se aproxima em muitos pontos das conclusões de Ruy Miller Paiva. A certa altura, Moore Jr. apóia-se em afirmações do agrônomo francês René Dumont, retiradas de um livro de 1961: a Índia precisa melhorar sua agricultura por meio de esquemas tradicionais de irrigação de açudes, emprego de técnicas e utensílios simples e uso de mão-de-obra ociosa na maior parte do ano. Mas a questão - por que nada disso ocorre? - acaba por repor o aspecto político das relações entre os proprietários de terra e os camponeses, extremamente variadas de região a região (p.403). No trabalho de 1960, Ruy Miller Paiva antecipava tanto as conclusões de Dumont como a questão proposta por Moore Jr., ainda que o fizesse com menor ceticismo.

Mas vejamos com maior detalhe alguns dos pontos de interesse na Índia de Ruy Miller Paiva. Primeiramente, o Autor sabe ambientar o leitor no território exótico, ao descortiná-lo de modo sintético e fluente: "*São extensas planícies a perder de vista, tudo verde, ocupadas por pequenas lavouras de sorgo, milho, algodão, arroz, trigo, feijão, mamona e alguns outros produtos. Muitas mulheres trabalhando no campo, com suas vistosas roupas, em geral agachadas, capinando o mato com pequenas facas ou enxadas de cabo curto. Não se encontram cercas. As divisões de propriedades se fazem por pequenas árvores ou simples sulcos no terreno. Também não se vêem áreas bem definidas de pastos, como no Brasil. Toda sua imensa população de gado e de búfalo fica solta e na época de cultura é pastoreada por meninos ou homens. Outro aspecto interessante: não se encontram residências isoladas no campo, de trabalhadores ou de sítiantes. Todos, sem exceção, moram nas 'vilas', em casas de barro ou de pedra, muito primitivas e muito juntas umas das outras*" (p.13).

A apreciação sobre o verde das planícies, nota Ruy, não vale para os meses quentes, época dos ventos de monção e de solos ressecados. De modo geral, as terras são ricas, mas a produtividade do País é baixa, pois o regime das chuvas e a pressão demográfica obrigam a utilização de terras de qualidade inferior. A pressão demográfica era patente nas áreas urbanas e no interior: "*nas ruas, nos jardins, nas estradas, nos campos, vê-se sempre uma impressionante massa de gente*" (p.64). Assim, o cultivo se faz

independentemente da qualidade da terra e da disponibilidade de técnicas e implementos. A população cultiva seus produtos e se alimenta como pode. A situação das culturas comerciais não diferia muito: as estações experimentais indicavam progresso considerável nos anos cinquenta (notadamente na produção de variedades de cana-de-açúcar), mas as variedades não se difundiam pelos agricultores. A produtividade agrícola eleva-se nos meses de chuva, mas sua distribuição irregular acarreta prejuízos só contornáveis pela irrigação. Na verdade, as estatísticas da época demonstravam que quase 20% das terras cultivadas já possuíam algum tipo de irrigação, de canais, poços ou açudes. Quanto aos rebanhos, o gado vacum por excelência era o zebu, mais resistente a doenças como a febre aftosa e a peste bovina. Eram os rebanhos de búfalos a fonte principal do leite consumido pela população, ainda que representassem menos de 30% da população bovina de 150 milhões de cabeças.

Como já assinalai, Ruy Miller Paiva dedica atenção especial aos Planos Quinquenais, que considera favoravelmente, como a maneira possível de reerguer a Índia dos descaminhos do domínio inglês. O termo "reerguer" é importante, pois Ruy parece inclinado a aceitar a visão gandhiana que atribuíam modos de vida quase idílicos à população nas aldeias. Não obstante, aponta com precisão os males que a abertura do mercado indiano aos produtos ingleses, livres de impostos, acarretou à pequena indústria doméstica e à economia local. Os *panchayats*, cuja legitimidade e poder haviam desgastado, poderiam ser recuperados por força dos Planos Quinquenais de reerguimento econômico das aldeias (p.20-21). A extensão rural, pedra-de-toque dos planos governamentais, contava com um corpo multifuncional de "*village workers*", dotados de conhecimentos básicos nas áreas de agricultura, zootecnia, enfermagem e cooperativismo. Havia supervisores responsáveis por conjuntos de cerca de cem aldeias, formando blocos de população nunca inferiores a 50 mil habitantes.

O primeiro Plano Quinquenal, no governo do Primeiro Ministro Nehru, foi lançado em 1951/52. Ruy menciona a separação do Paquistão, que ocorrera em 1949, e a subsequente reorganização do país, que passou a contar com 82% da população anterior, mas com menor proporção de áreas produtoras de cereais. O Segundo Plano de Metas, mais ambicioso, apenas se iniciara quando lá se reuniu o Congresso Internacional

de Economistas Rurais, em 1956. Nas palavras do Autor, é a "indústria caseira" que receberá maior impulso no Segundo Plano. A produção industrial deveria pagar parte da conta, por meio de tributos. "*A agricultura, não obstante ter perdido a posição de relevo que ocupava no primeiro plano quinquenal, foi também agraciada com amplos recursos*" (p.40). Para ficarmos na literatura não-indiana, um interessante contraponto às análises de Ruy Miller Paiva encontra-se em Reinhard Bendix. Bendix apresenta uma discussão um pouco mais aprofundada (inclusive do Terceiro Plano, já que seu texto é posterior ao de Miller Paiva), mas nota-se a preocupação de ambos com os aspectos da economia planificada versus economia de mercado - um debate intenso na Índia de então (BENDIX, 1964). A esse respeito Ruy tece uma breve análise comparativa dos planos indiano e chinês³.

No capítulo da reforma agrária encetada pelos governos da Índia independente, parece-me que Ruy incorreu em duas pequenas incorreções. A primeira foi acreditar no sucesso de uma tentativa isolada de um seguidor de Gandhi, Vinova Bhave, que por volta de 1955 teria conseguido a cessão voluntária de milhões de acres para reforma agrária em Haiderabad (no sudoeste da Índia), e posteriormente no Estado de Orissa, no fundo do Golfo de Bengala. (Curiosamente, o apresentador do texto de Ruy, José A. Vieira, do Ministério da Agricultura, também entusiasmou-se com a experiência altruísta, à qual se refere como "experiência única na História"). O próprio Ruy nos dá os ingredientes para entender a popularidade da iniciativa, que chegou a merecer destaque em um número de *The Economist*, de 1957: na região onde o movimento voluntário de reforma agrária teve início, os comunistas haviam liderado levantes populares contra os grandes proprietários da região (p.23-24). A segunda possível incorreção do Autor foi atribuir a criação dos vários sistemas de extração de impostos fundiários a uma iniciativa dos ingleses (p.25). Ao que pude constatar, esses sistemas existiam desde os tempos das dinastias mongóis na Índia.

O ponto forte do texto está na discussão,

bastante detalhada, a respeito da agricultura cafeeira. O café tem características bem específicas no panorama indiano da década de 1950. Ao contrário de outras culturas, é cultivado em terras acidentadas. Ao invés de pequenas áreas, ocupa grandes e médias *plantations*. As lavouras de café arábica são sempre sombreadas, com boa produção por unidade de área, ainda que o rendimento do trabalho não seja expressivo. O café indiano tem seu "Instituto do Café": o *Coffee Board*, criado em 1940, para executar a política de valorização do produto e promover um hábito de consumo no país. Ruy fala sobre o *Board* com simpatia, chamando a atenção para esse exemplo "*de particular interesse para os cafeicultores do Brasil*" (p.30). Lembremos que o Instituto Brasileiro do Café era então ainda relativamente recente (instituição criada em 1952, por Vargas).

Há uma interessante seção, dedicada ao papel do turismo e às reações da população ao viajante estrangeiro. Primeiramente, comenta-se o fascínio que as estações das estradas de ferro exercem sobre a população mais pobre. (Como lembraria o poeta, talvez as estações lhes dessem "lições de partir"). Homens e mulheres ali se deixam ficar, fazendo suas refeições, dormindo nas estações. Mesmo os de alguma posse permanecem longo tempo nas estações.

Nessa seção Ruy faz considerações sobre a arte hindu e islâmica. Num trecho sobre os trabalhos de restauração de uma sala do palácio do imperador Shah Jahan (o construtor do Taj Mahal), em Nova Delhi, diz: "*É tocante observar que o meticuloso e artístico trabalho de polir uma pedra de valor e de lhe dar o formato necessário para encaixar no desenho de uma parede ou de uma coluna seja executado por um pobre artesão sem recursos, humilde e descalço*" (p.58).

Colocando-se no lugar de um turista, o choque com a propalada adoração das vacas entre os hindus é abordado com bastante propriedade. Nessa pequena e bem cuidada seção (p.76-79), surpreende-nos uma explicação econômica da sacralização do animal, antecipando hipóteses como o do estudioso norte-americano Marvin Harris uma década mais tarde. Num remate interessante, Ruy retoma suas impressões sobre a África, contrastando-as com as condições da Índia no tocante às reservas de caça: no Quênia e em Moçambique, observa, avistavam-se facilmente "*grande número de leões, hipopótamos, elefantes, girafas, zebras e bandos intermináveis de antílopes*" (p.61). Na reserva indiana que visitou com seus colegas do Congresso de

³Bendix nota, em relação ao Terceiro Plano Quinquenal, a menor prioridade que seria dada à agricultura: "*O potencial de crescimento do setor industrial aparece, aos olhos do governo, tão mais forte do que o setor rural-agrícola que se propõe a investir sob o Terceiro Plano mais do que o dobro dos investimentos nos primeiros planos*" (BENDIX, 1964, p.302.).

Economistas, montados em elefantes amestrados, Ruy não chegou a se entusiasmar. Mas fora da reserva, ao voltarem uma noite da visita de automóvel a uma fazenda de café, em Mysore, tiveram a (des)ventura de ficarem frente a frente com um tigre, cuja cara enorme "até hoje tenho nitidamente fixada em minha retina" (p.61).

À guisa de conclusão, cito abaixo uma passagem em que a situação brasileira é comparada à da Índia, numa espécie de acerto de contas final em que o Brasil parece gozar de vantagem. Nesse trecho, percebe-se o otimismo que os economistas brasileiros demonstravam, nos anos cinquenta, com a mobilidade de nossa população rural. O entusiasmo de Ruy Miller Paiva com as "zonas de fronteira" para ocupação da mão-de-obra brasileira ilustra bem aquele otimismo quase generalizado. Hoje a situação se tornou tão crítica como a da Índia, no tocante à existência de terras novas. "*Se a Índia dispusesse de zonas novas e férteis para serem ocupadas, o seu problema de crescimento ficaria mais simples. Sua renda poderia aumentar com a simples transferência dos excedentes de população para essas zonas novas. A exemplo, aliás, do que vimos fazendo regularmente no Brasil, pois nossa população rural resolve seus problemas de produtividade movendo-se para as zonas novas sempre que assim a obriga o crescimento demográfico ou o desgaste das terras. Não dispondo de terras novas, a Índia procura resolver o problema ampliando o suprimento de terras agricultáveis através de esquemas de irrigação, de subdivisões de latifúndios e da recuperação de terras impréstáveis*" (p.64).

Do ponto de vista técnico, este trabalho de Ruy Miller Paiva constitui leitura obrigatória para os estudiosos da Índia recém-independente. Mais ainda, seus dados e análises ajudam-nos a compreender a evolução e o cenário atual do subcontinente indiano, do ponto de vista socioeconômico. Estas afirmações valem, duplamente sublinhadas, para seu estudo sobre a África negra, em que teve mais espaço para revelar-se não só o economista rural, mas o sociólogo nato.

Last but not least, os leitores de *A Agricultura na África* encontrarão, totalmente à vontade, um ótimo prosador.

LITERATURA CITADA

BENDIX, Reinhard. **Nation-building and citizenship**. Berkeley: University of California Press, 1964.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio B. de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

DINISEN, Isak. **Out of Africa**. Nova Iorque: Vintage Books, Random House, 1972.

LOFCHIE, Michael F. "Africa's agrarian malaise". In: CARTER, G.M. & O'MEARA, P. (Eds.). **African independence: the first twenty-five years**. Bloomington: Indiana University Press, 1985.

MOORE JUNIOR, Barrington. **Social origins of dictatorship and democracy: lord and peasant in the making of the modern world**. Boston: Beacon Press, 1967.

PAIVA, Ruy Miller. **A agricultura na África**. São Paulo: SA/DPA, 1952.

_____. **Índia: observações agrícolas, econômicas e sociais**. Rio de Janeiro: MA/SIA, 1960.

YOUNG, Sherilynn. "Fertility and famine: women's agricultural history in southern Mozambique". In: PALMER, R. & PARSONS, N. **The roots of rural poverty in central and southern Africa**. Berkeley: University of California Press, 1977.